



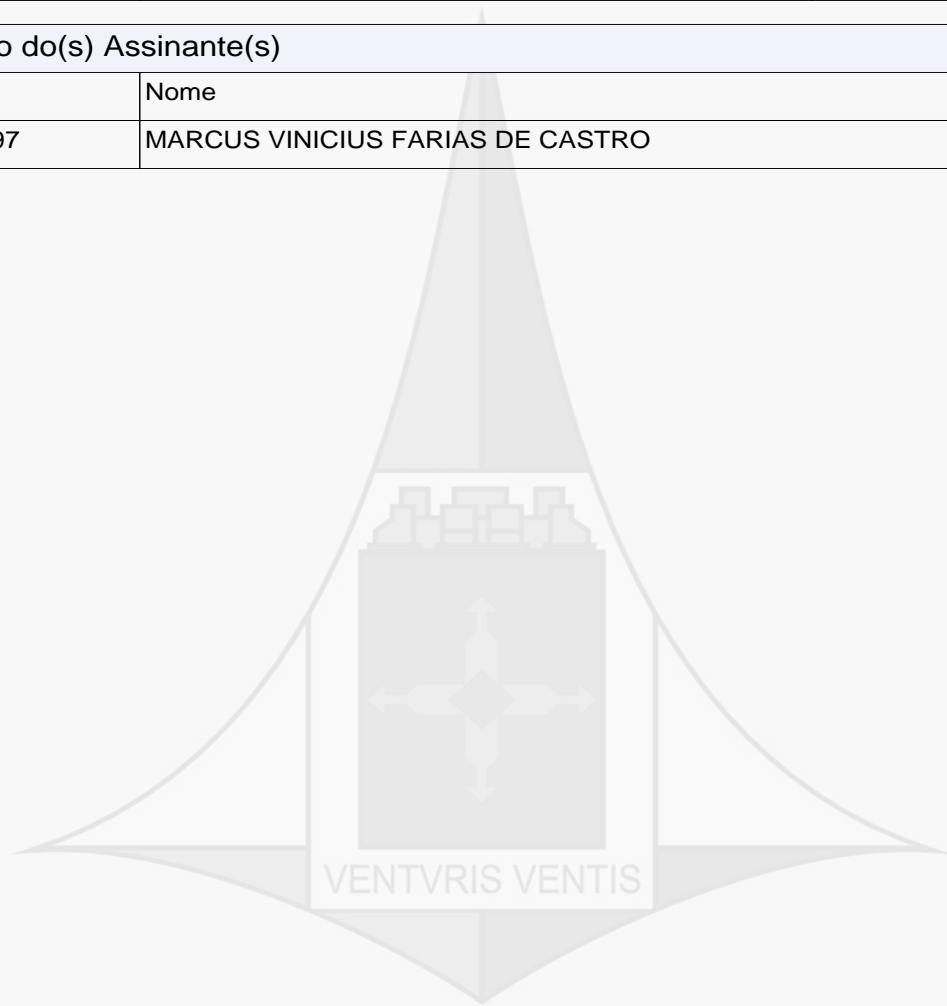
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/184.595-7 | DFP1900181544 | 18/11/2019 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| CPF | Nome |
| 056.838.324-97 | MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO |



R & L SANTOS CONSTRUTORA LTDA
CNPJ 17.851.596/0001-36 – NIRE 5320202067-7
ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL N ° 9

RENATO PINHEIRO DOS SANTOS, brasileiro, engenheiro civil, divorciado, natural de Natal – Rio Grande do Norte, nascido aos 18 de Abril de 1985, filho de Maria do Socorro Pinheiro dos Santos, residente e domiciliado à QND 13 LOTE 17 SALA 201 – TAGUATINGA – Brasília – DF, CEP: 72.120-130, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº: 04554386884 – órgão Expedidor: DETRAN/DF, emitida em 26/02/2016 e do C.P.F.: 060.434.974-25 e

MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO, brasileiro, solteiro, universitário, natural de Natal – Rio Grande do Norte, nascido aos 12 de Agosto de 1986, filho de João Maria Alves de Castro e Maria de Fátima Barbosa Farias de Castro, residente e domiciliado à AVENIDA EDGARDO MEDEIROS 2545LD APT 418 RESIDENCIAL IN MARE BALI – COTOVELO (DISTRITO LITORAL) – Parnamirim/ RN, CEP: 59.161-050, portador da Carteira de Identidade nº 002.229.129 SESPDS/RN emitida em 11/08/2015 e CPF: 056.838.324-97,

únicos sócios da Sociedade Limitada **R & L SANTOS CONSTRUTORA LTDA** estabelecida à **SHN QD 01 AE A BLOCO A SALA 906 EDIFÍCIO LE QUARTIER, ASA NORTE, BRASÍLIA-DF, CEP: 70701-000.**, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o **NIRE nº 5320202067-7**, por despacho no dia **11.09.2018** sob o **CNPJ/MF: 17.851.596/0001-36**, resolvem assim na melhor forma de direito alterar e consolidar a sociedade conforme cláusulas e condições seguintes:

1. DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO

A sociedade terá sua sede na **Quadra CNG 03 LOTE 04/05 SALA 306 TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, CEP: 72.130-035**

2. DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade gira sob o nome empresarial: **GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.** E adota o nome de fantasia: **“GENNESIS ENGENHARIA”**.

3. DA RETIRADA DO SÓCIO

O sócio **RENATO PEINHEIRO DOS SANTOS** cede e transfere 5.000.000 cotas por ele subscritas, totalmente integralizadas, no valor nominal e unitário correspondente a R\$ 1,00 (um real) cada, ao sócio **MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO**, ocasião que se dão mutuamente a mais plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para mais nada poder reclamar em juízo ou fora dele.

O sócio **MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO** cede e transfere 10.000 cotas por ele subscritas, totalmente integralizadas, no valor nominal e unitário correspondente a R\$ 1,00 (um real) cada, à sociedade, para que fique em tesouraria, ocasião que se dão mutuamente a mais plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para mais nada poder reclamar em juízo ou fora dele.



4. DA UNIPessoalidade da Sociedade

Com a retirada do sócio **RENATO PINHEIRO DOS SANTOS** o sócio remanescente, **MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO**, passa a ser o único sócio da sociedade. Motivo pelo qual a sociedade passa a ser **LIMITADA INDIVIDUAL**, nos termos do artigo 1.052, parágrafo único do Código Civil.

5. SOBRE O CAPITAL SOCIAL, COTAS PREFERENCIAIS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Altera-se a Cláusula Segunda do contrato social para que passe a constar da seguinte forma:

A sociedade poderá converter e/ou criar quotas preferenciais e ordinárias, mediante deliberação do sócio, seguindo as diretrizes do acordo de cotistas.

As quotas preferenciais não terão direito a voto, mas em contrapartida terão prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo e prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele.

Os sócios poderão deliberar pela distribuição de lucros desproporcionais às participações societárias de cada sócio.

O Capital Social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) divididos em 10.000.000 (dez milhões) quotas ordinárias, todas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

| Sócio | Quotas | % | Valor R\$ |
|----------------------------------|-------------------|------------|----------------------|
| Marcus Vinicius Farias de Castro | 9.990.000 | 99,90 | 9.990.000,00 |
| Tesouraria | 10.000 | 0,10% | 10.000,00 |
| Total | 10.000.000 | 100 | 10.000.000,00 |

6. DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade cabe ao sócio **MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO**, cujos respectivos atos poderão ser executados de forma isolada, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, sempre podendo praticar todos os atos decorrentes do objeto social no interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse da sociedade ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

O Administrador DECLARA, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou, por encontrar-se sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, assim como DECLARA não responder por crimes: Falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesas da concorrência, contra as relações de consumo, fé público ou de propriedade.



7. DA EXCLUSÃO, FALECIMENTO, INCAPACIDADE, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU INTERDIÇÃO DO SÓCIO.

A Sociedade não se dissolverá com a exclusão, falecimento, incapacidade, insolvência civil, pedido de recuperação judicial, de falência ou interdição de qualquer dos sócios, mas prosseguirá ela com os sócios remanescentes.

A sociedade liquidará as cotas com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, e realizará os pagamentos aos sucessores do sócio falecido, incapaz, insolvente ou interditado, e ao sócio excluído, em recuperação ou falido, o valor de suas quotas, em até 60 parcelas mensais consecutivas, vencendo a primeira 60 dias após a dissolução.

Qualquer dos sócios poderá ser excluído da sociedade, independente de demanda judicial, por simples alteração do contrato social, quando cometer falta grave no cumprimento de suas obrigações, por incapacidade superveniente, insolvência civil, pedido de recuperação judicial, de falência ou interdição, caso ponha em risco a continuidade da empresa ou em virtude de atos de inegável gravidade, desde que tal exclusão seja aprovada por maioria absoluta do capital social com direito a voto, garantido direito prévio de defesa e contraditório.

Será considerada justa causa para exclusão do sócio (rol exemplificativo):

- (I) Agir de forma contrária aos interesses da sociedade empresária;
- (II) Criar negócios que concorram com a atividade/objeto da sociedade ou também utilizar de informações internas da empresa para benefício próprio e prejuízo da sociedade e demais sócios, conhecido como “insider trading”;
- (III) Aproveitar-se de sua condição para desviar recursos, valores e bens da sociedade;
- (IV) Caso não seja administrador, fingir sê-lo criando obrigações à sociedade sem o consentimento dos demais e sem poder para tal;
- (V) Expor ou ofender a sociedade empresária de forma que prejudique a reputação e a história da sociedade perante terceiros;
- (VI) Ofender ou descumprir obrigações previstas em Acordo de Sócios/Cotistas.

8. DA REGÊNCIA SUPLETIVA E CASOS OMISSOS

Indica-se como instrumento normativo para regência supletiva da presente sociedade, as disposições constantes da lei 6.404/76 ou outra que vier a substituí-la.

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos por deliberação do sócio, com observância da Lei nº 10.406/2002, da lei 6.404/76 e do acordo de sócios.



9. DA ARBITRAGEM

As partes elegem a Arbitragem para dirimir eventuais contendas que tenham por objeto o presente contrato, por qualquer Câmara idônea com sede em Brasília, DF, podendo, inclusive, ser pela via digital, sendo competente aquela que primeiro for provocada.

Excepciona-se a regra da arbitragem apenas para conflitos que possuem valor discutido abaixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou em caso de urgência e emergência, apenas para fins de liminar, cautelar ou qualquer outra medida de urgência; casos esses que poderão ser submetidos ao poder judiciário.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

A partir desta data, em razão da alteração ora ajustada, consolida-se o contrato social que passa a ter a seguinte redação:

1. DO NOME EMPRESARIAL

- 1.1. A sociedade ora constituída, gira sob o nome empresarial de **GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**
- 1.2. A sociedade tem como nome fantasia **GENNESIS ENGENHARIA.**

2. DO OBJETO

2.1. Construção de edifícios; Construção de rodovias e ferrovias; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras; Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente; Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas; Serviços de cartografia, topografia e geodésia; Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; Obras portuárias, marítimas e fluviais; Obras de Terraplanagem; Locação de mão-de-obra temporária; Dutos de gás natural, construção de; Instalações Hidráulicas, Sanitárias e de Gás (construção); Comércio varejista de materiais de construção em geral; Instalações de sistema de prevenção contra Incêndio.

3. DA SEDE

- 3.1. A sociedade tem domicílio ou sede na **Quadra CNG 03 LOTE 04/05 SALA 306 TAGUATINGA NORTE – BRASÍLIA/DF, CEP: 72.130-035.**

4. DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

- 4.1. A sociedade iniciou suas atividades em 20 de março de 2013, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.



5. DO CAPITAL SOCIAL

5.1. A sociedade poderá converter e/ou criar quotas preferenciais e ordinárias, mediante deliberação dos sócios, seguindo as diretrizes do acordo de cotistas.

5.2. As quotas preferenciais não terão direito a voto, mas em contrapartida terão prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo e prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele.

5.3. Os sócios poderão deliberar pela distribuição de lucros desproporcionais às participações societárias de cada sócio.

5.4. O Capital Social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) divididos em 10.000.000 (dez milhões) quotas ordinárias, todas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios, da seguinte forma:

| Sócio | Quotas | % | Valor R\$ |
|----------------------------------|-------------------|------------|----------------------|
| Marcus Vinicius Farias de Castro | 9.990.000 | 99,90 | 9.990.000,00 |
| Tesouraria | 10.000 | 0,10% | 10.000,00 |
| Total | 10.000.000 | 100 | 10.000.000,00 |

6. DA CESSÃO DE QUOTAS

6.1. As quotas sociais são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o expresse consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6.2. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

7. DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade cabe ao sócio **MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO**, cujos respectivos atos poderão ser executados de forma isolada, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, sempre podendo praticar todos os atos decorrentes do objeto social no interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse da sociedade ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

7.1. O Administrador DECLARA, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou, por encontrar-se sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, assim como DECLARA não responder por crimes: Falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesas da concorrência, contra as relações de consumo, fé público ou de propriedade.



7.2. A Administração será realizada por prazo indeterminado e não poderá ser delegada a representante ou terceiros.

10. DA EXCLUSÃO, FALECIMENTO, INCAPACIDADE, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU INTERDIÇÃO DO SÓCIO

7.3. A Sociedade não se dissolverá com a exclusão, falecimento, incapacidade, insolvência civil, pedido de recuperação judicial, de falência ou interdição de qualquer dos sócios, mas prosseguirá ela com os sócios remanescentes.

7.4. A sociedade liquidará as cotas com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, e realizará os pagamentos aos sucessores do sócio falecido, incapaz, insolvente ou interditado, e ao sócio excluído, em recuperação ou falido, o valor de suas quotas, em até 60 parcelas mensais consecutivas, vencendo a primeira 60 dias após a dissolução.

7.5. Qualquer dos sócios poderá ser excluído da sociedade, independente de demanda judicial, por simples alteração do contrato social, quando cometer falta grave no cumprimento de suas obrigações, por incapacidade superveniente, insolvência civil, pedido de recuperação judicial, de falência ou interdição, caso ponha em risco a continuidade da empresa ou em virtude de atos de inegável gravidade, desde que tal exclusão seja aprovada por maioria absoluta do capital social com direito a voto, garantido direito prévio de defesa e contraditório.

7.6. Será considerada justa causa para exclusão do sócio (rol exemplificativo):

- (i) Agir de forma contrária aos interesses da sociedade empresária;
- (ii) Criar negócios que concorram com a atividade/objeto da sociedade ou também utilizar de informações internas da empresa para benefício próprio e prejuízo da sociedade e demais sócios, conhecido como “insider trading”;
- (iii) Aproveitar-se de sua condição para desviar recursos, valores e bens da sociedade;
- (iv) Caso não seja administrador, fingir sê-lo criando obrigações à sociedade sem o consentimento dos demais e sem poder para tal;
- (v) Expor ou ofender a sociedade empresária de forma que prejudique a reputação e a história da sociedade perante terceiros;
- (vi) Ofender ou descumprir obrigações previstas em Acordo de Sócios/Cotistas.

9. DA PRESTAÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS CONTAS

9.1. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador, sócio ou não, prestará contas justificadas de sua gestão, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, na proporção de suas quotas, salvo deliberação em contrário, os lucros ou perdas apuradas.



9.2. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio poderá designar administrador (es) quando for o caso, podendo ser administrador não sócio designado em ato separado que investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.

10. DA FILIAL

10.1. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual.

11. DO PRÓ LABORE

11.1. O sócio poderá fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore.

11.2. Os lucros apurados poderão ser distribuídos ao(s) sócio(s) na proporção de sua participação no Capital Social, salvo se deliberarem pela distribuição desproporcional.

12. DA REGÊNCIA SUPLETIVA E CASOS OMISSOS

12.1. Indica-se como instrumento normativo para regência supletiva da presente sociedade, as disposições constantes da lei 6.404/76 ou outra que vier a substituí-la.

12.2. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos por deliberação do sócio, com observância da Lei nº 10.406/2002, da lei 6.404/76 e do acordo de sócios.

13. DA ARBITRAGEM

13.1. As partes elegem a Arbitragem para dirimir eventuais contendas que tenham por objeto o presente contrato, por qualquer Câmara idônea com sede em Brasília, DF, podendo, inclusive, ser pela via digital, sendo competente aquela que primeiro for provocada.

13.2. Excepciona-se a regra da arbitragem apenas para conflitos que possuem valor discutido abaixo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); ou em caso de urgência e emergência, apenas para fins de liminar, cautelar ou qualquer outra medida de urgência; casos esses que poderão ser submetidos ao poder judiciário.

E, por estarem justos e contratados, os sócios assinam o presente instrumento, juntamente um advogado, para que produza seus efeitos fáticos e jurídicos.

Brasília-DF, 14 de novembro de 2019.

RENATO PINHEIRO DOS SANTOS

MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO

Página 7 de 7



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334606 em 18/11/2019 da Empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, Nire 53202020677 e protocolo DFP1900181544 - 18/11/2019. Autenticação: 7E4B415238DD2ADFC773692BFD373C2ACF76AE. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/184.595-7 e o código de segurança 5G8P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

pág. 9/12



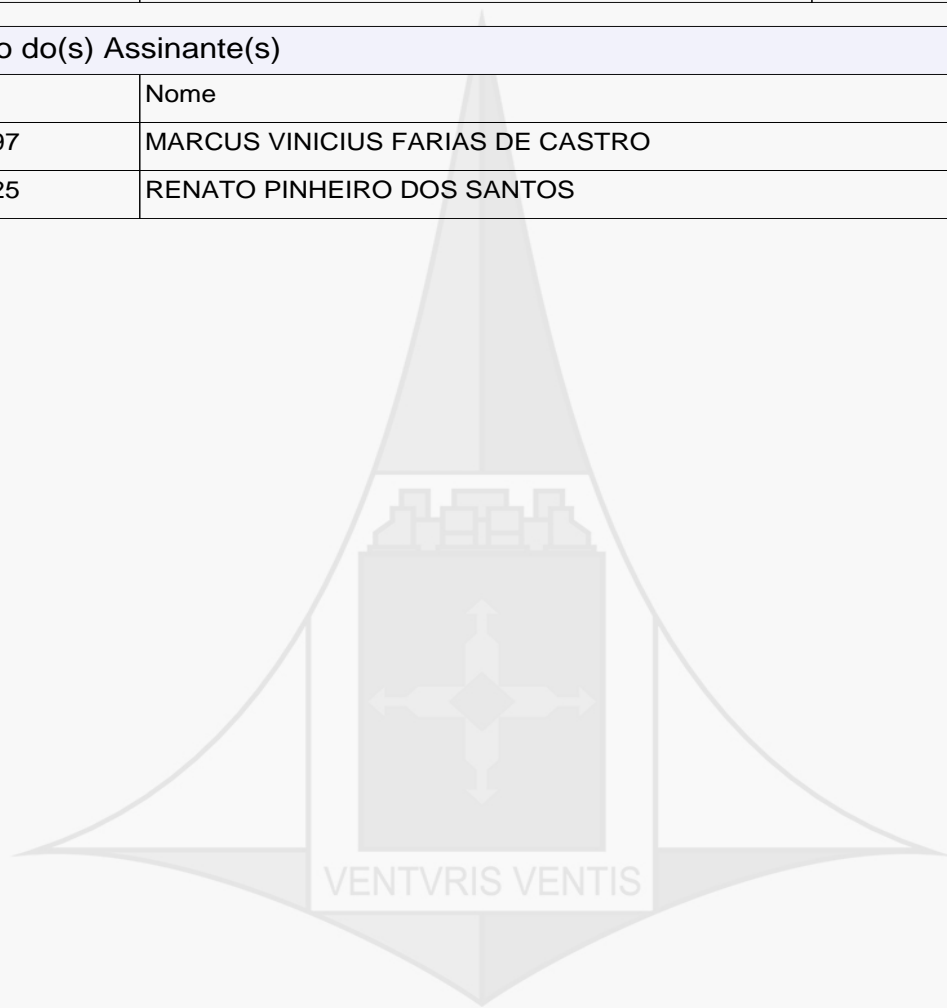
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

| Identificação do Processo | | |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo | Número do Processo Módulo Integrador | Data |
| 19/184.595-7 | DFP1900181544 | 18/11/2019 |

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| CPF | Nome |
| 056.838.324-97 | MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO |
| 060.434.974-25 | RENATO PINHEIRO DOS SANTOS |





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, de nire 5320202067-7 e protocolado sob o número 19/184.595-7 em 18/11/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1334606, em 18/11/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Jefferson Dos Reis Pereira Lima.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jcdf.mdic.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

| Assinante(s) | |
|----------------|----------------------------------|
| CPF | Nome |
| 056.838.324-97 | MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO |

Documento Principal

| Assinante(s) | |
|----------------|----------------------------------|
| CPF | Nome |
| 056.838.324-97 | MARCUS VINICIUS FARIAS DE CASTRO |
| 060.434.974-25 | RENATO PINHEIRO DOS SANTOS |

Brasília. Segunda-feira, 18 de Novembro de 2019

Maxmiliam Patriota Carneiro: 702.261.211-00

Página 1 de 1



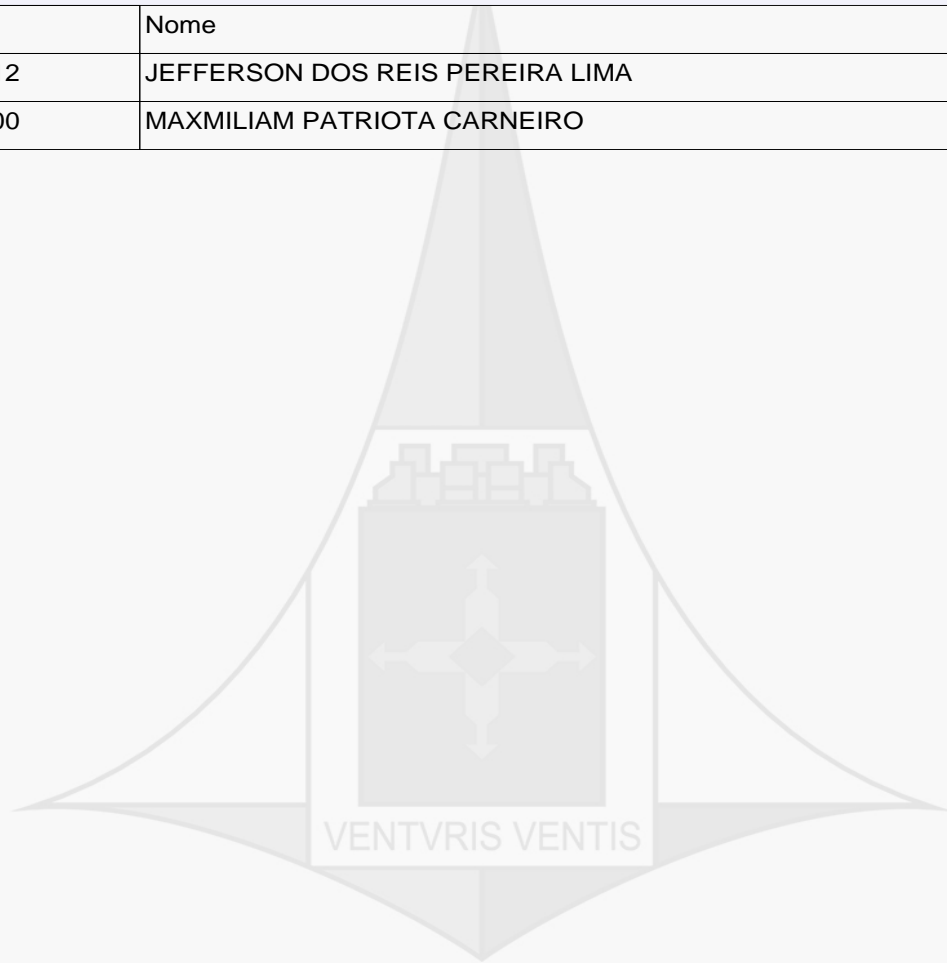


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) | |
|----------------------------------|---------------------------------|
| CPF | Nome |
| 047.422.191-12 | JEFFERSON DOS REIS PEREIRA LIMA |
| 702.261.211-00 | MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO |



Brasília. Segunda-feira, 18 de Novembro de 2019



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 1334606 em 18/11/2019 da Empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, Nire 53202020677 e protocolo DFP1900181544 - 18/11/2019. Autenticação: 7E4B415238DD2ADFC773692BFD373C2ACF76AE. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 19/184.595-7 e o código de segurança 5G8P Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/11/2019 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.